

Interrogações sobre humanidade e seus reflexos no jornalismo

Interrogations on humanity and its reflexes in journalism

Jorge Kanehide Ijuim

Jornalista; doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da USP; pós-doutor em Jornalismo pela Universidade de Coimbra/PT; professor aposentado/voluntário do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: ijuimjor@gmail.com

Géssica Gabrieli Valentini

Jornalista; doutora de Jornalismo pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: valentini.gessica@gmail.com

Resumo

Neste artigo, de caráter ensaístico, trazemos ao debate a questão do ser humano e do desumano. Ao buscar entendimentos sobre seus significados, procuramos compreender alguns de seus reflexos no Jornalismo. Ao revisitar reflexões da Filosofia, da Sociologia e do Direito, entre outras, constatamos processos como os de categorização social, essencialismo, diferenciação/distinção, que levam a estereótipos e preconceitos. Assim, apontamos situações em que o Jornalismo se apropria e reproduz desumanização. Como perspectivas, destacamos a necessidade de reconhecimento de nossos limites, tendências, fragilidades, para então buscar a superação do que é desumano – primeiro de cada jornalista, individualmente, e então do jornalismo para a sociedade.

Palavras chave

Jornalismo e sociedade; Humanização; Desumanização; Direitos humanos.

Abstract

This essay raises the debate on being human or not. When seeking to understand these concepts and meanings, the authors also try to understand some of their reflections in the field of Journalism. when revisiting reflections in Philosophy, Sociology or Law (among others) one observes processes such as social categorizations, essentialism, differentiation/distinction, leading to stereotypes and prejudices. Thus the authors identify situations in which journalists create and reproduce dehumanization. The authors further highlight as perspectives, the necessity to recognize limits, tendencies and weaknesses in order to seek to overcome what is not human - initially, from each journalist, individually, and then from journalism to society.

Keywords

Journalism and society; Humanization; Dehumanization; Human rights.

Introdução

Há alguns anos nos dedicamos a estudar uma compreensão em busca de um jornalismo humanizado. Porém, em mais de uma situação nos deparamos com o questionamento: existe um jornalismo desumanizado? Desenvolvemos alguns argumentos que justificam essa consideração, mas chegamos então a um questionamento anterior, que é o que procuraremos refletir nestas páginas: o que é, afinal, ser humano?

Desde já, é essencial considerar que “ser humano” aqui não é só um substantivo, associado à ideia de “espécie humana”, mas principalmente *ser* (verbo) *humano* ou, como gosta de grafar Cremilda Medina (1998), *humano ser*.

Compreendemos que não há uma resposta pronta, tampouco consensual. Há, sim, diferentes abordagens, que pretendemos refletir brevemente. É importante destacar, já inicialmente, que nossa intenção não é tratar do ser humano como melhor ou pior, em relação a outras formas de vida, mas construir uma linha de pensamento que reflita sobre características e ações que levem a tratamentos diferenciados em relação a outros seres humanos e, aí sim, ao que chamamos de desumanização, inclusive no jornalismo.

Embora o princípio de igualdade esteja previsto em diversos documentos oficiais de diferentes países, como também na Declaração Universal dos Direitos Humanos - documento de 1948 redigido por representantes de diversos países e adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), as configurações históricas contribuíram para compreensões equivocadas em relação a diferenças biológicas, como gênero e cor de pele, que culminaram em tratamentos desiguais ao longo dos séculos. Além disso, tais tratamentos diferenciados naturalizaram diversas práticas.

Para Lima e Vala (2004), a associação de determinantes físicos a traços morais e sociais, juntamente com a hierarquização e essencialização das diferenças, estão na base de todas as formas de racismo. Para estes autores, a construção de imagens do outro que justifiquem a violência ou a indiferença contra ele é o primeiro passo para o genocídio, o holocausto e a violência de massa.

Neste sentido, sendo o Jornalismo uma prática social, nossa preocupação é alertar sobre compreensões equivocadas, que se perpetuam, apesar dos avanços, e buscar uma racionalização que possa encaminhar mudanças graduais – partindo do jornalismo em direção à sociedade.

O que é ser humano?

Ao longo do tempo, pesquisadores de diferentes campos se preocuparam com esta questão: o que é ser humano? Filosofia, biologia, psicologia, física, química... Ciências exatas, ciências humanas. Há alguns consensos, entre eles com relação à complexidade da indagação. Por isso, neste artigo, bem como em nossa pesquisa, é importante destacar que pretendemos fazer um recorte. Neste sentido, embora consideremos que haja diferentes abordagens, escolhemos as que nos ajudam a responder o que é “ser humano” – e humano ser – enquanto ser social, com direitos e deveres, reconhecendo semelhanças e refletindo sobre as diferenças dentro de um contexto social e histórico.

Em relação a etimologia da palavra, “homem” é uma evolução do termo latino “homo”, que por sua vez estaria relacionado à palavra “humus”, que significa terra. Nesta lógica, desde a antiga Roma havia a crença de que os humanos eram seres “da terra”, em oposição aos “seres divinos”, cuja existência já fazia parte das crenças.

Dentro da literatura científica, em 1758, o botânico e naturalista sueco Carl Nilsson Linnæus, em português nomeado como Carlos Lineu, utilizou em sua pesquisa a denominação *homo sapiens*, sendo “*homo*” para definir o gênero, e “*sapiens*” para designar a espécie. As palavras em latim, traduzidas, significam “homem sábio”.

Nessa categoria, ele incluiu os animais com capacidade de desenvolvimento cognitivo, ou seja, capacidade de “ser sábio”. Em relação a outras espécies, o biologista elencou características distintas do *homo sapiens*, entre elas a capacidade de raciocínio abstrato,

linguagem, introspecção, autoconsciência e racionalidade (LINNÆUS apud FORATTINI, 2000).

Como vemos, a categoria *homo sapiens* parte de um princípio de igualdade, mas ainda na sua tese Linnæus separa os seres humanos em categorias, com uma generalização tanto de aspectos físicos como de comportamento: 1) Americano (*Homo sapiens americanus*): vermelho, mau temperamento, subjugável); 2) Europeu (*europæus*): branco, sério, forte; 3) Asiático (*Homo sapiens asiaticus*): amarelo, melancólico, ganancioso; 4) Africano: (*Homo sapiens afer*) preto, impassível, preguiçoso.

O cientista apontou ainda uma quinta categoria sem definição geográfica: a ‘Monstruosa’, (*Homo sapiens monstrosus*), na qual incluía grupos como os patagônios da América do Sul, flatheads canadenses e outros imaginados que não poderiam ser incluídos nas quatro categorias ditas “normais”. (LINNÆUS apud SANTOS et al, 2010).

As percepções científicas mudaram ao longo do tempo, por caminhos tortuosos, e em séculos, até chegarmos a uma melhor compreensão de igualdade.

Em 1919, quase duzentos anos depois de Linnæus, o antropólogo americano Marvin Harris escreveu a chamada “teoria da hipodescendência”, com o conceito de “raças”, largamente utilizado posteriormente. Nessa linha teórica, Harris dizia que a criança nascida de um cruzamento pertenceria à raça biológica “inferior”. “O cruzamento entre um branco e um índio é um índio; o cruzamento entre um branco e um negro é um negro; o cruzamento entre um branco e um hindu é um hindu; e o cruzamento entre alguém de raça europeia e um judeu é um judeu” (HARRIS apud SANTOS et al, 2010). Interessante perceber que até mesmo “judeu”, que geograficamente pode ter nascido na Europa ou em qualquer lugar do mundo, nesta teoria é separado do grupo – além de ser considerado “inferior”.

Com o tempo, essas compreensões foram revistas, já que, apesar de “científicas”, para categorizar consideravam características que na verdade não são determinantes, como sugerem Santos et al (2010):

A maioria dos autores tem conhecimento de que raça é um termo não científico que somente pode ter significado biológico quando o ser se apresenta homogêneo, estritamente puro; como em algumas espécies de animais domésticos. Essas condições, no entanto, nunca são encontradas em seres humanos. O genoma humano é composto de 25 mil genes. As diferenças mais aparentes (cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz) são determinadas por um grupo insignificante de genes. As diferenças entre um negro africano e um branco nórdico compreendem apenas 0,005% do genoma humano. Há um amplo consenso entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem (SANTOS et al, 2010, p. 122).

Em substituição ao termo “raça”, os autores sugerem o termo “etnia”: “o adjetivo deriva do substantivo *ethnos*, que significa gente ou nação estrangeira. É um conceito polivalente, que constrói a identidade de um indivíduo resumida em: parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física” (SANTOS, et al, 2010, p. 122). Porém, mesmo quando consideramos local de nascimento, religião ou outros fatores externos, é possível atribuir valorações equivocadas, como pretendemos demonstrar.

Além do aspecto biológico, também há compreensões filosóficas em relação ao ser humano, com considerações divergentes, sobretudo com relação a outros termos, como “ser pessoa”. O filósofo Peter Singer (2000), por exemplo, distingue os dois termos. Para definir “pessoa”, ele cita uma lista atribuída ao filósofo americano Joseph Fletcher, que organizou o que chama de indicadores de humanidade: autoconsciência, autodomínio, sentido do futuro,

sentido do passado, capacidade de se relacionar com outros, preocupação pelos outros, comunicação, curiosidade.

Embora saibamos que é importante reconhecer as diferenças cognitivas quando refletimos sobre a capacidade de discernimento e de praticar que consideramos desumanos, neste trabalho optamos pela compreensão do que é “ser humano” – e *humano ser*. Pois mesmo para Singer (2000) é indiscutível a questão quando nos referimos a reconhecer os membros da espécie *homo sapiens* ou a compreensão sobre seres humanos.

A questão de saber se um ser pertence a determinada espécie pode ser cientificamente determinada por meio de um estudo da natureza dos cromossomos das células dos organismos vivos. Neste sentido, não há dúvida que, desde os primeiros momentos da sua existência, um embrião concebido a partir de esperma e óvulo humanos é um ser humano; e o mesmo é verdade do ser humano com a mais profunda e irreparável deficiência mental – até mesmo de um bebê anencefálico (literalmente sem cérebro) (SINGER, 2000, p. 62).

Assim, não obstante as divergências nos campos filosófico, da ciência e do jurídico, consideramos aqui o que é consenso e o que está explicitado nos documentos oficiais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que em seus primeiros artigos prescrevem os preceitos de igualdade e dignidade humana. Assim, pela Declaração dos Direitos Humanos, todo homem é uma pessoa e, como tal, deve ser tratado. Neste sentido, a compreensão de ser humano não está restrita apenas à dimensão pensante, mas também à dimensão física. Dessa forma, o valor de igualdade, compreendido como “dignidade”, inclui bebês, doentes terminais e deficientes mentais, por exemplo, que biologicamente são considerados seres humanos.

No sentido jurídico, o Código Civil Brasileiro – Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 –, traz, no artigo 2: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. Portanto, a legislação prevê direitos inerentes à condição humana e, por isso, trazemos à discussão a compreensão de dignidade e respeito que, acreditamos, deve permear as relações.

Consideramos nesta reflexão as formas de poder, estabelecidas pela natureza ou pela cultura: adultos em relação às crianças, professores em relação a alunos, governantes em relação a governados, chefes em relação a funcionários e até mesmo o jornalismo em relação à sociedade. Quando partimos de uma relação de igualdade e respeito, de direitos e deveres, entendemos estas relações como horizontais e nos tornamos responsáveis pelas formas de discriminação que podemos incorrer através delas. A história nos mostra que as distorções em relação à compreensão de igualdade serviram de justificativa para atrocidades, como a escravidão. Durante séculos, inclusive com legitimação do Estado, houve uma convivência social que permitiu que outros seres humanos fossem comercializados, explorados e aniquilados.

Para Kant (1995), os seres humanos ocupam um lugar diferenciado na criação e têm um valor de dignidade que já é intrínseco, mesmo aqueles que não possuem autoconsciência. Neste trabalho, consideramos o/a homem/mulher como um ser capaz de agir com responsabilidade ou, quando não trata o outro de forma igual, pode agir de maneira desumana.

Quanto à justificativa para as ações, ingressamos em outra discussão, sendo que também há opiniões divergentes. Enquanto para Rousseau (2010), o homem é bom por natureza, para outros, como Hobbes (2003), o homem é, por natureza, mau. Para Rousseau (2010), são as convenções sociais que corrompem o homem, ou seja, a cultura. Uma de suas frases mais conhecidas é: “o homem nasce livre, e em toda parte encontra-se sob ferros”

(ROUSSEAU, 2010, p. 10). Para o filósofo, o que define as “prisões” são as convenções sociais, não a natureza, e neste sentido é escravo, inclusive aquele que acredita ser o senhor dos outros.

Ao longo de sua obra, ele cita diversos pensadores anteriores, inclusive Aristóteles, que acreditavam, ao contrário, que os homens não eram naturalmente iguais, sendo alguns nascidos para dominar e outros para serem governados.

Eis assim a espécie humana dividida em rebanhos de gado, cada qual com seu chefe a guardá-la, a fim de a devorar. Assim como um pastor é de natureza superior a de seu rebanho, os pastores de homens, que são seus chefes, são de natureza superior a de seus povos. Desta maneira, raciocinava, no relato de Filon, imperador de Calígula, concluindo muito acertadamente dessa analogia que os reis eram deuses, ou que os povos eram animais (ROUSSEAU, 2010, p. 12).

Este raciocínio, certamente, gerou ao longo do tempo uma série de incompreensões, que resultou em passividade dos governados, que acreditavam ser esta lógica “natural”, como dos governantes, que tratavam outros seres humanos de forma cruel.

Todo homem nascido escravo nasce para escravo, nada é mais certo: os escravos perdem seus grilhões, inclusive o desejo de se livrarem deles; apreciam a servidão, como os companheiros de Ulisses estimavam o próprio embrutecimento. Portanto, se há escravos por natureza, é porque houve escravos contra a natureza. A força os constituiu primeiro escravos, a covardia os perpetuou (ROUSSEAU, 2010, p. 12).

Assim, Rousseau (2010) contesta as formas de escravidão, como convenções sociais, inclusive o fato de serem aceitas pelos próprios escravos.

Renunciar à própria liberdade é o mesmo que renunciar a qualidade do homem, aos direitos da Humanidade, inclusive os seus deveres. Não há nenhuma compensação possível para quem quer que renuncie a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza humana, e é arrebatar toda moralidade a suas ações, bem como subtrair com liberdade à sua vontade (ROUSSEAU, 2010, p. 17).

Enquanto isso, para Hobbes (2003), o homem é mau por natureza, e isso poderia explicar os atos cruéis. Na obra *O Leviatã*, o autor se inspira na figura mitológica da serpente que fez um acordo com os homens e compara assim a relação entre os homens e a existência do Estado.

Para Hobbes (2003), como o homem é mau por natureza, o estado que dita as regras e normas de convivência é necessário. Neste sentido, somente tirando a liberdade do homem ele deixaria de ser “selvagem” e conseguiria viver em sociedade de forma pacífica.

Embora ambos os filósofos tenham embasado – e até justificado através de suas teorias – tratamentos desumanos ao longo do tempo, consideramos que independente de o homem ser bom ou mau, por natureza, ele é livre. E suas ações é que podem ser boas ou más, tanto ações coletivas – que reproduzimos junto com a maioria – quanto ações individuais.

Neste sentido, independente da intenção e da consciência, que pode ser afetada pela cultura, pelas vivências pessoais e até por limitações pessoais, há consequências objetivas em todas as ações, sendo que estas podem contribuir para a compreensão de igualdade – ou perpetuar preconceitos, construções simbólicas que estão implícitas nas relações sociais.

Neste artigo, consideramos que quando vemos o outro como “menos” ou “mais”, dentro de uma lógica de diferenciação, estamos desumanizando. Neste sentido, desumanização é uma valoração distorcida do outro ou de nós mesmos, que afasta, cria barreiras e divisões, reais ou simbólicas. Enquanto seres humanos livres, temos a capacidade de cometer atos cruéis, ou, ao contrário, de respeitarmos o outro, seja porque gostaríamos de sermos tratados da mesma forma, seja porque temos a capacidade de criar laços afetivos.

Como observa Ribeiro (1995), no período da escravidão havia uma tentativa de tirar do escravo, além da liberdade, tudo que lhe fazia humano, como a afetividade, a família, a proximidade com outros seres humanos. Entre as estratégias dos escravagistas estava separar os negros africanos que se conheciam e falavam a mesma língua, principalmente para evitar que se reunissem e se organizassem. Tiravam deles tudo – todas as características de humanidade, quase numa tentativa de animalizá-los, de torná-los apenas bestas de carga.

Se pensarmos nas consequências hoje, diversas relações, trabalhistas, de classes, a exaltação ao conhecimento acadêmico, de pessoas com diploma universitário, e muitas outras, refletem isso e colocam as pessoas em lados antagônicos: do superior e do inferior, de quem manda e quem obedece, isso por vezes com consentimento de ambos, muitas vezes com uma aceitação passiva até mesmo de injustiças.

Como observado por Carvalho (2015), esse sentimento de diferenciação, baseada numa cultura de valores distorcidos, constrói uma distância simbólica. Simmel (1950) apresenta argumentos semelhantes. Para ele, o estrangeiro, por exemplo, está “longe” culturalmente, ainda que esteja próximo fisicamente. Isso explica o tratamento diferenciado a pessoas de países distintos, dependendo sempre das referências que temos dele. É distinta, portanto, nossa visão em relação ao africano e em relação ao norte-americano ou inglês. E como isso se reflete no Jornalismo?

Distinção (desumanização) no Jornalismo

Em sua tese de doutorado, Gustavo Barreto de Campos (2015) analisou mais de 11 mil edições de jornais e revistas entre 1808 e 2015 e constatou que não só há racismo na imprensa brasileira contra o imigrante, como este se manteve constante ao longo do tempo, inclusive com uma aceitação seletiva, com diferenças entre europeus e africanos, por exemplo. O pesquisador analisou a cobertura do tema em jornais como *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã* (hoje *Folha de S. Paulo*), *Correio da Manhã*, *O País* e *Gazeta do Rio de Janeiro* ao longo dos 207 anos.

Segundo Campos (2015), a data de 1808 foi histórica neste aspecto, pois foi quando o Brasil abriu os portos ao comércio com as “nações amigas”. Porém, o tratamento foi diferenciado de acordo com a “raça”. Enquanto os meios de comunicação costumavam a se referir ao “estrangeiro” como algo positivo, inclusive melhor, a noção de “imigrante”, utilizada especialmente para os negros, haitianos, etc. é negativa.

E os meios de comunicação refletiam a política do Estado que, por sua vez, se encaixa em todo processo de desumanização. Conforme Campos (2015), a intenção dessa abertura tinha uma clara preferência por brancos e europeus, tanto que estes recebiam subsídio do governo para se estabelecerem no país. Já “amarelos e negros”, de acordo com um decreto de 1891, não poderiam entrar subsidiados pelo Estado. Se entrassem, o dono da embarcação poderia perder o alvará de funcionamento.

Mais de um século depois, em 2016, a política de entrada no país não é mais restritiva (oficialmente) em relação a cor de pele, mas as consequências ainda podem ser percebidas em episódios concretos, inclusive nos meios de comunicação. Um desses casos foi a suspeita de

que um imigrante de Guiné estivesse com Ebola, o vírus letal que já havia matado milhares de pessoas, a maioria em Guiné, Libéria e Serra Leoa. De fato, diante da gravidade da doença, havia a necessidade de cuidados por parte da Vigilância Sanitária do país. Porém, a divulgação feita sobre o caso pelos meios de comunicação traz diversos questionamentos, com consequências para todos os imigrantes africanos.

globo.com g1 globoesporte gshow famosos & etc vídeos

MENU G1 FANTÁSTICO

Edição do dia 12/10/2014
12/10/2014 22:07 - Atualizado em 12/10/2014 22:07

Africano com suspeita de ebola esperou por 4 horas até ser atendido

Souleymane Bah está na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, esperando apenas o resultado do segundo teste para ser liberado.

FAC EBOOK



O assunto que botou o mundo inteiro em estado de alerta: o vírus ebola. No Brasil, na noite deste domingo (12), Souleymane Bah está na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, esperando apenas o resultado do segundo teste para ser liberado.

(Imagem capturada do G1-Fantástico)

Era apenas uma suspeita, que estava sendo monitorada pelo governo, conforme os próprios jornais noticiavam, mas em relação ao homem, podemos dizer que foi vítima, não do vírus, já que a suspeita foi descartada, mas teve divulgados seu nome completo, idade, detalhes de sua vida, foto e até mesmo o documento em que pedia refúgio.

Seu rosto e documento de passaporte foram expostos em rede nacional pelas principais emissoras de televisão, como o programa Fantástico, da Rede Globo, conforme a figura ao lado.

Como observou Campos (2015), a reportagem do programa Fantástico chegou a usar as câmeras de segurança de um centro médico de Cascavel – cidade paranaense onde o caso ocorreu – para registrar imagens do guineense, sendo que câmeras de segurança são usadas, geralmente, para registrar crimes.

Para o autor da tese, no conjunto, a abordagem sobre o tema gerou um cenário de pânico. “O caso suspeito foi acompanhado de perto por uma semana, inclusive com o uso de helicópteros para filmar a transferência do paciente entre duas unidades de saúde, aumentando sensivelmente o receio de que o vírus chegasse ao Brasil” (CAMPOS, 2015, p. 513).

Mesmo após ter sido descartada a suspeita, reportagens noticiavam que ele estava com medo de retornar a Cascavel por conta de ataques nas redes sociais. Os mesmos jornais que antes divulgaram seu nome e todas as informações pessoais e que o tornaram conhecido, posteriormente noticiavam as consequências da própria divulgação.

BRASIL

Africano Souleymane teme agora retornar a Cascavel

O primeiro paciente internado no Brasil com suspeita de ebola está com receio devido às manifestações racistas e xenófobas publicadas em redes sociais

Por **Caetano Theodor**
 14 out 2014, 12:03



Paciente com suspeita de ebola é transferido de Cascavel, no Paraná, ao Rio (Vanderlei Faria/Divulgação/Prefeitura de Cascavel)

Rio – O africano Souleymane Bah, de 47 anos, primeiro paciente internado no Brasil com suspeita de estar com **Ebola** teme voltar para Cascavel, no **Paraná**, devido às manifestações racistas e xenófobas publicadas em redes sociais.

(Imagem capturada do portal Exame)

A revista Exame, que no dia 10 de outubro de 2014, quando a história veio à tona, publicou reportagens com o nome do imigrante, nesta reportagem da imagem ao lado, lançada no dia 14, ao mesmo tempo que parece fazer uma crítica às manifestações racistas, traz o adjetivo “africano” e o nome da vítima já no título. Além disso, embora o texto tente tranquilizar em relação aos riscos, inexistentes já que a doença não foi confirmada, a foto traz pessoas entrando com roupas de proteção em um avião, remetendo a uma situação de risco.

BBC Sign in Menu

NEWS | BRASIL

Notícias Brasil Internacional Economia Saúde Ciência Tecnologia Aprenda Inglês

Ebola: Governo vê situação sob controle; exame de africano sai em 24h

10 outubro 2014

Ministro da Saúde, Arthur Chioro, afirmou que 'tudo está sob controle'

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, afirmou nesta sexta-feira em coletiva em Brasília que a situação está “sob controle” depois do surgimento de um caso suspeito de ebola em Cascavel, no interior do Paraná.

De acordo com Chioro, o sangue do paciente, que está sem febre, já foi colhido e enviado para o Instituto Evandro Chagas, em Belém (PA), o único no Brasil que faz o exame para detectar o vírus. O resultado deve sair em 24 horas.

(Imagem capturada do portal da BBC)

Ao digitarmos o nome completo do imigrante nos portais de busca, como o Google, temos 15.500 resultados, sendo que na maioria deles o nome sucede o adjetivo “africano”. Mesmo no caso da *BBC*, que não coloca o nome do homem, o adjetivo africano aparece no título, conforme a figura ao lado. Em outro caso, teríamos o adjetivo “o europeu”?

Neste sentido, consideramos que tais informações divulgadas já são uma forma de

desumanização, pois ferem o direito à privacidade, à imagem e à honra, previstas tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras legislações, como no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007).

Posteriormente, a própria imprensa noticiou casos em que afrodescendentes foram vítimas de preconceito por causa da repercussão deste caso. E não apenas imigrantes do continente africano, mas também haitianos. O Haiti fica na América Central, mas tais demonstrações revelam que o preconceito é, sobretudo, com relação a cor de pele, consequência das heranças históricas anteriormente citadas.

Na reportagem d'*O Estadão*, os relatos dos imigrantes demonstram discriminação e os próprios personagens relatam que há desconhecimento por parte dos moradores da cidade:

"Na sexta-feira, eu ia para o trabalho e começaram a nos apontar na rua dizendo: 'Olha os caras com Ebola', diz Abdoul Bonsara, de 24 anos, que é de Burkina Faso e há sete meses mora em Cascavel e trabalha como mecânico.

Ele e três compatriotas que dividem uma casa afirmam que a discriminação atesta a falta de conhecimento. "Os brasileiros não sabem que Burkina Faso é longe dos países que têm Ebola. Acham que é tudo a mesma coisa porque somos negros", diz Sitta Compaore, de 25 anos. (ESTADÃO, 2014, arquivo eletrônico).

Porém, embora a citação relate o "desconhecimento", a reportagem não esclarece se a informação relatada é verdadeira. Além disso, chama atenção o subtítulo: "Imigrantes afirmam que sofrem ameaças e são vítimas de preconceito nas ruas e na busca por emprego; moradores negam". É como se existisse uma situação de embate, de luta entre os imigrantes e os moradores, em uma situação de generalização, embora apenas duas pessoas tenham se manifestado na narrativa.

Considerações finais

Lima, Faro e Santos (2016) concordam que a inferiorização e desumanização da diferença acompanham a nossa história, marca os encontros intergrupais e opera integrando traços físicos e biológicos a teorias implícitas de personalidade.

Para Lima e Vala (2004), a desumanização e outros processos de exclusão apoiam-se consideravelmente em dois processos cognitivos: a categorização social e o essencialismo. Eles remetem essa reflexão a Tajfel (1982), para o qual a *categorização social* reúne em grupos que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo. Já o *essencialismo* seria a tendência a agir e pensar como se todas as coisas possuíssem algo intrínseco que as tornam o que são. Assim, quando identificamos alguém como "cigano", como "índio" ou outra categorização, é como se víssemos o "padrão", a imagem mental. Por serem processos cognitivos, não deve nos surpreender reações involuntárias, não conscientes. Uma tendência à generalização. O mais preocupante é que as justificativas retóricas fazem com que, além de evitar a culpa, os estereótipos continuem legitimando conflitos. Para Lima, Faro e Santos (2016), a desumanização desempenha funções psicológicas, sociais e políticas. Psicologicamente, protege quem comete a violência de sentimentos como culpa, piedade e altruísmo. Já em relação às funções sociais, possibilita que grupos distintos em competição material ou simbólica se sintam superiores a outros, promovendo e legitimando a exclusão social e moral. No aspecto político, possibilita justificativas para a institucionalização das violências e massacres contra grupos com menos

poder.

Não é sem razão que a maioria dos casos de genocídio utiliza a desumanização nas suas retóricas de legitimação. É nesse sentido que o processo de desumanização é um ingrediente essencial na realização da maldade [...] (LIMA, FARO e SANTOS, 2016, p. 220).

As ações desumanas são sempre más, embora muitos comportamentos desumanizantes, como vimos, façam parte da construção social da realidade e não necessariamente partem de uma intenção de cometer atos maus.

Como alternativa, Deslandes (2004) e outros autores propõem a humanização, cuja proposta é garantir a dignidade ética, que para alcançarmos é necessário a empatia, ou seja, reconhecer o sofrimento, a dor e prazer expressos pelos sujeitos. Para a autora, as coisas do mundo só se tornam humanas quando passam pelo diálogo com os semelhantes.

Deslandes (2004) chama a atenção neste ponto duas palavras fundamentais para que o conceito se concretize: diálogo e semelhantes. Parte do pressuposto de que para se efetivar a humanização precisa dessa compreensão, de que não há diferenças significativas, alguém superior ou inferior, mais ou menos, e ambos dispostos a ouvirem e compreenderem. Ainda vai além, considerando que o ser humano é potencialmente capaz de compreender outro ser humano, porque ambos são dotados de linguagem. Mas por que isso não ocorre? Para ela, “o jogo das interações sociais, as relações de saber-poder, de trabalho, de gênero e de status podem constituir fortes impeditivos para o diálogo” (DESLANDES, 2004, p. 11).

Se considerarmos o Jornalismo, cujo trabalho é através da linguagem – e a própria realidade construída através dela – essa perspectiva se torna ainda mais relevante. Uma ação comunicativa, mas que contemple tudo isso.

E como mudar? Acreditamos, justamente, na racionalização, no reconhecimento de nossos limites, tendências, fragilidades, para então buscamos mudanças: primeiro de cada jornalista, individualmente, e então do jornalismo para a sociedade.

Referências

- BRASIL. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em 27 jul 2020.
- CAMPOS, Gustavo Barreto. **Dois Séculos de Imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. (Tese de doutorado). Disponível em: http://midiacidada.org/img/tese_final_GBC_final.pdf. Acesso em 27 jul 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 19ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH), da Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso 27 jul 2020.
- DESLANDES, Suely F. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 9 (1):7-14, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n1/19819.pdf>. Acesso em 27 jul 2020.

- FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em 27 jul 2020.
- FORATTINI, Oswaldo Paulo. **O ser e ser humano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- HASLAM, N., LOUGHNAN, S. **Dehumanization and inhumanization**. *Annual Review of Psychology*, 65, 399-423, 2014.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria**, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Martins Fontes: São Paulo, 2003.
- KANT, IMANUEL. **Crítica da Razão Pura**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000016.pdf>. Acesso em 27 jul 2020.
- LIMA, M. E. O, VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, 9, pp. 401-411, 2004.
- LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. FARO, André. SANTOS, Mayara Rodrigues. A desumanização Presente nos Estereótipos de Índios e Ciganos. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Jan-Mar 2016, Vol. 32 n. 1, pp. 219-228. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237722016000100219&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 27 jul 2020.
- MEDINA, Cremilda. Narrativas do humano ser. In: MEDINA, C.; GRECO, M. (Orgs). **Planeta inquieto: direito ao século XXI**. Novo pacto da ciência 6. São Paulo: ECA/USP, 1998,
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Ebook. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>. Acesso em 27 jul 2020.
- SANTOS, Diego Junior da Silva, PALOMARES, Nathália Barbosa, NORMANDO, David, QUINTÃO, Cátia Cardoso Abdo. **Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>. Acesso em 27 jul 2020.
- SINGER, Peter. **Ética Prática**. Lisboa: Grandiva, 2000.
- VERNAL, Javier Ignacio. **Arnold Gehlen, reflexões sobre ser humano**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/10696>. Acesso em 27 jul 2020.

Reportagens consultadas

- Africano com suspeita de ebola esperou por 4 horas até ser atendido**. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/10/africano-com-suspeita-de-ebola-esperou-por-4-horas-ate-ser-atendido.html>. Acesso em 27 jul 2020.
- UPA de Cascavel é isolada após atender homem com suspeita de ebola**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/ciencia/upa-de-cascavel-e-isolada-apos-atender-africano-suspeito-de-estar-com-ebola/>. Acesso em 27 jul 2020.
- Africano Souleymane teme agora retornar a Cascavel**. Disponível em: <https://exame.com/brasil/africano-souleymane-teme-agora-retornar-a-cascavel/>. Acesso em 27 jul 2020.

Ebola: Governo vê situação sob controle; exame de africano sai em 24h. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141010 Ebola parana ministerio atualiza_fn. Acesso em 27 jul 2020.

Africanos e haitianos são hostilizados no PR após suspeita de Ebola. Disponível em: <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,africanos-e-haitianos-sao-hostilizados-no-pr-apos-suspeita-de-ebola-imp-,1575862>. Acesso em 27 jul 2020.